

A HISTORIOGRAFIA ENTRE A CIÊNCIA E A FICÇÃO

A HISTORIOGRAPHY BETWEEN SCIENCE AND FICTION

Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro¹

<https://orcid.org/0000-0002-5341-0754>

Resumo: Neste artigo realizamos uma breve reflexão sobre a operação historiográfica, a partir do tripé verdade, narrativa e objetividade. O objetivo é promover uma defesa da verdade e da objetividade diante de teses narrativistas extremadas que, em linhas gerais, defendem que a narrativa histórica é apenas um tipo de literatura ou tropos, reduzindo-a a um mero artefato textual de base subjetiva e ficcional. Fundamentados em diálogos sedimentares com autores como E.P. Thompson(1981), Marc Bloch(2001) e Paul Ricoeur (1969, 1994, 2015), defende-se à Lógica Histórica como um método de investigação mais adequado aos materiais históricos. Ademais, defende-se a provisoriedade da verdade como condição derivada da natureza transitória da ação do homem no tempo. Por fim, conclui-se também que a narrativa é parte indelével da história, mas a operação historiográfica não se resume a ela, tendo um fundo ético e ideológico incontornável. A produção historiográfica tem, na narrativa, um meio de tornar inteligível ou de comunicar o resultado de seu trabalho teórico-metodológico e não um fim em si mesma.

Palavras-Chave: História. Verdade. Narrativa. Objetividade. Lógica Histórica

Résumé: Dans cet article, nous réfléchissons brièvement sur le fonctionnement historiographique, basé sur le trépied vérité, récit et objectivité. L'objectif est de promouvoir une défense de la vérité et de l'objectivité face aux thèses narrativistes extrêmes qui, en général, soutiennent que le récit historique n'est qu'un type de littérature ou de tropes, le réduisant à un simple artefact textuel ayant une base subjective et fictionnelle. Fondée sur des dialogues sédimentaires avec des auteurs tels que E. P. Thompson (1981), Marc Bloch (200q) et Paul Ricoeur (1969, 1994, 2015), la Logique historique est défendue comme une méthode de recherche plus adaptée aux matériaux historiques. En outre, le caractère provisoire de la vérité est défendu comme une condition dérivée de la nature transitoire de l'action de l'homme dans le temps. Enfin, on conclut également que le récit est une partie indélébile de l'histoire, mais que l'opération historiographique ne se limite pas à elle, ayant un fond éthique et idéologique incontournable. La production historiographique a, dans le récit, un moyen de rendre intelligible ou de communiquer le résultat de son travail théorique-méthodologique et non une fin en soi.

Mots-clés: Histoire. Vrai. Narratif. Objectivité. Logique historique

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará - PPGE/UECE. Professor da Secretaria da Educação Básica do Ceará- SEDUC-Ce/ Fortaleza-Ceará, Brasil. Contato: Felipe.pinheiro@prof.ce.gov.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3280770189999413>.

Introdução

Este artigo busca elucidar nossos posicionamentos sobre questões teórico-metodológicas inerentes à prática histórica, especialmente no que concerne à tensão entre a abordagem científica almejada pela História e o aspecto literário ou ficcional das narrativas. Este texto é um recorte da tese de doutorado defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE).

No campo da história é consensual que os historiadores não podem fugir do debate a respeito de questões fundamentais sobre a natureza do conhecimento histórico, que, ao longo do tempo, foram levantadas, tanto por filósofos da História, como por intelectuais, linguistas e escritores vinculados ao pós-estruturalismo e/ou ao desconstrucionismo francês. Dito isso, deixamos claro que fazemos parte do grupo de historiadores que se alinha na defesa irrestrita do caráter epistêmico da verdade histórica.

Nesse mesmo sentido, também procuramos, de forma bastante panorâmica², identificar o debate sobre os desdobramentos das teses narrativistas³ pós-modernas, que, originalmente, vinculadas ao *linguistic turn* ou giro-linguístico nos Estados Unidos e na Inglaterra, reverberam e são adotadas por significativa parte da historiografia contemporânea, de modo mais enfático a partir dos anos 1970. Entendemos que esses movimentos intelectuais de diferentes matizes, cada um ao seu modo, lançam desafios que consideramos incontornáveis às bases da natureza do conhecimento historiográfico, bem como aos fundamentos da disciplina institucionalizada desde as últimas décadas do século XIX.

Mesmo que não concordemos com as posições defendidas pelos movimentos intelectuais anteriormente apontados, não podemos negar que suas provocações merecem, por parte dos historiadores, respeito e reconhecimento acerca de suas pertinências. Destarte, o que se buscou demonstrar é que a História se vê uma vez mais diante do desafio de defender, para além de seu *status* de disciplina autônoma e singular no campo das ciências sociais e humanas, a sua própria pertinência enquanto exercício intelectual cientificamente conduzido.

² Dedicamos nossos esforços de leitura e discussão apenas ao escopo desses debates fundamentalmente circunscritos ao campo da historiografia. Enfatizamos que nosso esforço não se fez no sentido de reproduzirmos aqui uma genealogia de questões que remontam aos primórdios das teorias do conhecimento e seus desdobramentos para além da Filosofia

³ Um exemplo do paroxismo das teses narrativistas e sua reverberação no campo da história são as ideias do filósofo e crítico literário Roland Barthes, que contribuiu para a “crise na história” ao questionar a possibilidade dos historiadores retratarem a realidade ao criar narrativas. Barthes expressa ceticismo quanto à certeza dos historiadores em acessar a realidade do passado por meio de fontes escritas (Bentivoglio e Merlo, 2014).

Desse modo, mesmo que não tenhamos respostas definitivas aos desafios impostos pela filosofia da história e/ou pela filosofia da linguagem, não podemos olhá-las com indiferença, como se fossem elementos intrusos, indevidos ou alienígenas, pois não podemos ignorar que esses desafios contribuíram para a maturidade teórica de nossa disciplina, e para gerar uma nova “crise” de inteligibilidade histórica (CHARTIER, 2002; IGGERS, 2012).

Em outras palavras,

Quando a “linguagem” e a “cultura” entram em cena, nas discussões da Filosofia, das Ciências Sociais e da Teoria Literária francesa (a partir da década de 1950) e norte-americana (a partir da década de 1960), como o “estruturalismo” e, depois, com o “pós-estruturalismo”, os princípios do conhecimento histórico (a saber: o princípio de realidade e de verdade, com base na ciência, que, a partir de métodos, deduzia formas de apreender os resquícios do passado, armazenados sob os documentos, e que vinham a permitir ao historiador ingressar nos vestígios de uma realidade extratextual das sociedades de outrora), mais uma vez, passaram a ser veementemente questionados (ROIZ, 2012, p. 11, grifo do autor).

Essas correntes desafiaram os fundamentos tradicionais do conhecimento histórico, que em geral se apoia na busca pela verdade por meio de práticas e métodos, visando acessar o passado através de vestígios documentais. A inclusão da linguagem e da cultura nesses debates provocou questionamentos que abalaram esses princípios, desafiando a concepção estabelecida no campo da história sobre a maneira como os historiadores compreendem e interpretam o passado.

Nos interessa debater, nesse artigo, primordialmente, as relações entre história e narrativa, bem como as questões que envolvem a objetividade/subjetividade e verdade na escrita da História. Reconhecemos que as disputas em torno desses temas estão longe de apresentar soluções consensuais. Por isso mesmo, exigem cuidados e atenção até mesmo de parte dos mais robustos críticos das posturas pós-modernas e narrativistas no campo da História. Consequentemente, esses temas acima destacados são, ainda hoje, um desafio ao estatuto epistemológico da História, que os historiadores não podem se recusar a enfrentar.. Assim, pode-se afirmar que, se os historiadores, em geral, não se preocupam em responder a esses desafios de forma definitiva, tampouco ignoram sua relevância (ROIZ, 2012).

Apesar de entendermos que os temas aqui elencados são bastante pertinentes para a historiografia contemporânea, enfatizamos que não é nossa intenção realizar uma empreitada genealógica a respeito desse longo e exaustivo embate, que remonta aos primórdios da historiografia profissional. Entretanto, faz-se necessário expor, mesmo que

brevemente, nossas reflexões e posicionamentos a respeito das temáticas retrocitadas. Foi nesse sentido que buscamos nos posicionar quanto aos temas que envolvem a narrativa, a verdade e os problemas da referência, objetividade/subjetividade na operação historiográfica. Admitimos que a exposição de nossas reflexões sobre esses temas, nesse texto, se apresentam de forma ainda bastante lacunar.

Lógica histórica: Diálogo entre Evidências e Conceitos na Prática Historiográfica

No início dos anos de 1970, o historiador francês François Furet se manifestou sobre uma questão que, naquele contexto, se colocava central no debate historiográfico anglo-americano: qual o significado da “volta da narrativa” ao campo da História? Em suas palavras: “a História oscilará provavelmente sempre entre a arte da narrativa, a inteligência do conceito e o rigor das provas; mas, se essas provas forem mais seguras, os conceitos mais explicitados, o conhecimento ganhará com isso e a arte da narrativa nada perderá” (FURET, 1986, p. 98). Como é notoriamente sabido, o aludido historiador é um dos mais importantes representantes dos *Annales*.⁴ Logo, François Furet (1986) naturalmente advoga a favor da superioridade da história-problema sobre a história narrativa, mas também julgava que apenas a passagem de uma história narrativa para uma história-problema, prática que havia se consolidado na França ainda nas primeiras décadas do século XX, através dos *Annales*, não seria suficiente para dar um estatuto de cientificidade à História (ROIZ, 2012).

Apesar de entendermos que a concepção de ciência na qual François Furet (1986) se inspira e quer enquadrar a História nos pareça muito próxima a um modelo cartesiano, reconhecemos ser importante o fato de que o autor mantém-se dentro de uma tradição historiográfica que valoriza as contribuições de outros campos do conhecimento, que podiam/podem colaborar diretamente para a construção dessa “legitimidade científica”.

Por entendermos que este é um tema exaustivamente debatido pela historiografia, e que não há consenso entre os historiadores acerca da possibilidade de a História ser ou não uma ciência, e de produzir ou não verdades, limitar-nos-emos a expor nossos posicionamentos

⁴ Segundo Burke (2010, p.36): “Originalmente chamada de *Annales d’histoire Économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie* de Vidal de Blache, a revista foi planejada, desde seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer liderança intelectual nos campos da História social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da História”.

sobre o assunto. Desse modo, o que apresentamos aqui é mais uma possibilidade, entre tantas, de caminho para a realização de pesquisas no campo da História.

Nesse sentido estamos alinhados com o pensamento de E. P. Thompson, que, em seu ensaio sobre a Lógica Histórica, publicada no livro *A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, defende a Lógica Histórica como um método lógico próprio de investigação mais adequado aos materiais históricos, e que nos permite depurar a história de elementos autoconfirmadores. Para Thompson (1981, p. 49), “o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro”.

Ele explica que a natureza provisória, incompleta, seletiva do conhecimento histórico é sempre limitada pelas perguntas que o historiador faz às evidências e pelos conceitos que estruturam essas questões, ou seja, o conhecimento histórico não pode ser submetido à experimentação laboratorial para sua verificação/validação, contudo, permanece verdadeiro nos termos de uma lógica disciplinar própria. Logo, diante desses aspectos, corroboramos com o autor que “o conhecimento histórico pode se afastar de outros paradigmas de conhecimento quando submetido à investigação epistemológica. Nesse sentido, estou pronto a concordar que a tentativa de designar a História como ‘ciência’ sempre foi inútil e motivo de confusão” (THOMPSON, 1981, p. 49-50).

Destarte, a partir de um diálogo com a tradição da historiografia social, especialmente com os trabalhos de E. P. Thompson, entendemos que a confrontação das fontes estabelece o critério de verdade à luz dessa lógica disciplinar, que, como bem explica o notável historiador inglês, não se submete aos mesmos termos da lógica das ciências naturais. Nesses termos, assume-se o entendimento de que o conhecimento histórico possui um discurso singular de demonstração, ou seja, um discurso próprio derivado de um método que Thompson (1981, p. 49) define nos seguintes termos: “Por ‘lógica histórica’ entendo um método de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’)

Para o historiador, a prova não resulta da sua vontade subjetiva, da imaginação ou da capacidade criativa. O discurso histórico disciplinado da prova consiste sempre num diálogo combativo entre conceito e evidência, que deve ser conduzido por hipóteses sucessivamente confrontadas, negadas e afirmadas ou reelaboradas, a partir da confrontação com a pesquisa empírica (THOMPSON, 1981, p. 49). Portanto a História, ao contrário das

ciências naturais, não pode nos oferecer um laboratório de verificação experimental. Trata-se, na verdade, de uma lógica própria e adequada aos fenômenos humanos e temporais, os quais estão sempre em movimento, e dessa forma, entende-se que as evidências particulares só encontram definição em contextos particulares, e sem as propriedades determinantes do objeto nenhuma disciplina resiste. Nesse contexto, é notável a citação do historiador inglês referente ao filósofo Jean-Paul Sartre. Thompson (1981) destaca a afirmação de Sartre de que a História não representa ordem, mas sim desordem; entretanto, uma desordem que possui uma lógica subjacente.

Nesses termos, E. P. Thompson (1981) propõe que o historiador promova uma constante confrontação entre material empírico e teoria, realizando um movimento dialético que deve ser fomentado por hipóteses sucessivas de um lado e pesquisa empírica de outro. Isto posto, corroboramos que a Lógica Histórica nada mais é do que um discurso histórico disciplinado, produzido por um método adequado ao nosso campo. Ela consiste na valorização de um modelo empírico (mas não ingênuo) de prática intelectual, constituindo o tribunal de recursos final da disciplina (THOMPSON, 1981). Por fim, julgamos importante enfatizar que, em sua exposição da Lógica Histórica enquanto método, epistemologicamente, Thompson (1981) reconhece a provisoriade da natureza do conhecimento histórico, que, segundo ele, é sempre incompleto, seletivo e limitado pelas perguntas feitas à evidência, constituindo-se como verdadeiro dentro do campo assim definido, entretanto, ontologicamente, ele se refere a uma “história real”, dotada de fatos e evidências “reais”.

Objetividade na história: Entre a Narrativa e a Lógica Disciplinar

Se Thompson (1981) defende veementemente que, uma vez submetido ao rigor do “tribunal final da lógica histórica”, ainda que o conhecimento histórico não seja absoluto, sob nenhuma hipótese ele é inverídico; é preciso enfatizar que sua voz não ecoa sozinha, pois, há tempos, o campo da história superou a crença “ingênuo” numa objetividade mecanicista⁵ nos termos de uma história metódica dita “positivista”. Não há, hoje, como negar que a subjetividade faz parte da obra historiográfica e, desde que, nos termos éticos propostos por Ricoeur (1968), falemos de uma subjetividade de “alta categoria” que não denigre ou distorce o passado humano, isso não é nenhum demérito, muito pelo contrário, somos partidários de que isso é, na verdade, sua grande fonte ou manancial de riqueza, desde que depurados os

⁵ Nesse sentido, reverberamos que “a objetividade convive com a subjetividade das próprias escolhas teóricas, metodológicas, de objetos determinados, dentre outros” (Bentivoglio e Merlo, 2014, p.50).

excessos intuitivos e ficcionais. Mas essa convicção não se faz de forma automática, tampouco se sustenta na dogmática, que é acrítica por natureza lógica; pois, na verdade, resulta da experiência milenar de uma ciência que já é capaz de firmar-se em suas “próprias pernas”.

O que queremos dizer é que a neutralidade pretendida por Leopold Von Ranke e jamais alcançada por nenhuma ciência pode ser compreendida como uma objetividade advinda das raízes de um realismo ingênuo, na qual o sujeito se anula para assim apreender e reproduzir integralmente as propriedades de seu objeto. Essa objetividade não é mais pretendida pelos historiadores, que já estão bastante conscientes de que não podem reproduzir, ou fazer reviver o passado, pois este sempre nos chega de modo indireto, por meio dos vestígios ou indícios, os quais devemos inquirir mediante hipóteses situadas em uma dada sincronia, ou seja, condicionada ou pressionada por demandas do presente, toda historiografia resulta naturalmente de um trabalho de criação cognoscitiva, mas ela nunca deve ser um falseamento ou invenção.

Dito isso, é importa explicar de que objetividade estamos falando. Como buscamos demonstrar até aqui, não se trata da mesma concepção de objetividade das ciências exatas ou naturais; isto é, não se trata do mesmo estatuto de objetividade pretendido nos termos das ciências exatas ou naturais, como Matemática, Física Clássica ou Química. Nesse sentido, a passagem a seguir resume bem nosso entendimento basilar acerca da relação entre História e objetividade:

Esperamos da História uma certa objetividade, a objetividade que lhe é conveniente: é daí que devemos partir e não outro termo. Ora, que esperamos nós sob o título? Deve a objetividade ser aqui tomada em seu sentido epistemológico estrito: é objetivo aquilo que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem, compreendeu, e que, por essa maneira, pode fazer compreender (RICOEUR, p. 23, p. 1968, grifo nosso).

Mesmo que a passagem acima seja retirada das reflexões clássicas de um filósofo, originalmente publicadas em 1955, no livro *Histoire et vérité*, não é, necessariamente, uma intromissão alienígena, haja vista que as contribuições de Paul Ricoeur para a teoria da História já são bastante reconhecidas pelos historiadores; isto é, seja pelos que as acolhem ou as rejeitam, há um certo consenso que admite, pelo menos em parte, a pertinência das provocações filosóficas de Paul Ricoeur direcionadas à História. É bem verdade que há quem afirme que o estatuto científico da História é uma pretensão descabida, pois existe importante vertente historiográfica que parece entender que a historiografia é uma atividade movida

exclusivamente pela subjetividade, e que, por isso, deve ocupar o mesmo status da Literatura ou da Arte.

Contudo, como buscamos demonstrar, a partir de um diálogo particular com E. P. Thompson (1981), insistimos que a subjetividade⁶ é uma condição inalienável para qualquer ciência, por isso, a cientificidade da História deve ser pensada nos termos de uma lógica disciplinar própria e referendada pelos pares nos termos de uma epistemologia mais ou menos consensual, mas que já estabeleceu seus termos basilares de consenso e dissenso, num debate particular e autorreferenciado no próprio campo disciplinar.

Não temos nenhuma pretensão de retomar debates já exaustivamente travados e para os quais os historiadores hoje demonstram pouco interesse ou inclinação, entretanto, na condição de historiadores que dialogam de forma interdisciplinar, temos a obrigação de reafirmar convicções sedimentadas ao longo de séculos da história da historiografia, não como credo ou catecismo, mas como afirmação de uma maturidade epistemológica que não aceita intromissões indevidas, resoluções simplistas, ou afirmações meramente ornamentais, ou decorativas. Por fim, entendemos que a solução para a questão da natureza da objetividade até aqui discutida pode ser resumida nos seguintes termos: “Consiste a objetividade da História, precisamente, na renúncia à coincidência, à revivescência, nessa ambição de elaborar encadeamentos de fatos ao nível de inteligência historiadora” (RICOEUR, 1968, p. 25).

Retomando a afirmativa de Furet (1986) que abre a segunda seção desse artigo, concordamos que a História não pode se expressar e ser compreendida satisfatoriamente sem a narrativa (RICOEUR, 1994). Entretanto, entendemos que o seu fundamento está, em primeiro lugar, no levantamento e na crítica das fontes, e não na narração dos eventos. Ao dizermos isso, queremos destacar o nosso esforço de nos afastarmos, deliberadamente, das teses narrativistas extremas, advindas do *Linguist Turn*, que, em geral, reduzem a História enquanto processo real vivido, os fatos, as evidências e a prática historiográfica, a um mero artefato textual, à ideologia ou às representações de caráter extremamente subjetivista, inventivo e/ou totalmente ficcional, ignorando, não inocentemente, as consequências éticas e políticas que tais postulados acarretam.

Entendemos que essas posturas, ao desconsiderarem o valor da crítica documental e reduzirem a historiografia à prática de tessitura de uma trama textual alienada de qualquer

⁶ Nesse aspecto, concordamos que é fundamental reiterarmos que o avanço do caráter científico do conhecimento histórico na era moderna, resulta também do conflito entre as aspirações da racionalidade filosófica iluminista e as observações sobre a relatividade do pensamento e da subjetividade humana que surgiram na Europa durante os séculos XVIII e XIX (Bentivoglio e Merlo, 2014).

referencialidade, alimentam narrativas que são, em essência, estórias que, por natureza, são imprecisas, irrealistas e/ou relativistas. No que concerne à relação entre História e narrativa, julgamos pertinente reproduzir o julgamento bastante sintético que Roger Chartier (2002) apresenta sobre o tema:

Os historiadores sabem bem, hoje em dia, que também são produtores de textos. A escritura da História, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus personagens, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade. Essas constatações tornaram-se clássicas pelas obras de Michel de Certeau e de Paul Ricoeur. Eles lembram, de início, que, considerando a dependência fundamental de toda história, qualquer que seja, em relação às técnicas da mise en intrigue*, o repúdio da história factual não significa absolutamente o abandono da narrativa (CHARTIER, 2002, p. 14).

A partir da citação supracitada pode-se concluir que a narrativa não é necessariamente um problema para o historiador, pois, na verdade, ela é parte fundamental e inalienável da ciência histórica, contudo, é uma parte, não o todo. A produção historiográfica tem, na narrativa, um meio de tornar inteligível ou de comunicar o resultado de seu trabalho teórico-metodológico e não um fim em si mesma. Ao reduzirem a História, exclusivamente, à condição de um artefato literário, os narrativistas extremados não nos permitem diferir o real do ficcional, uma vez que acreditam que a historiografia não é capaz, sequer, de aproximar-se da verossimilhança. Logo, as implicações políticas das teses de uma pretensa historiografia que se aliena de qualquer base referencial é, sem dúvidas, o relativismo, fenômeno que tem fomentado teses negacionistas travestidas, muitas vezes, de revisionismo. Tomamos como expoente/paroxismo desse radicalismo narrativista, que, em essência, constitui um reducionismo que só empobrece a História, a seguinte afirmação do historiador estadunidense Hayden White (2019, p. 11): “trato o trabalho histórico como o que ele manifestamente é: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”. Com relação à citação acima, reafirmamos as seguintes palavras de Roger Chartier (2002,):

Contra essa dissolução do estatuto do conhecimento da História, frequentemente considerada nos Estados Unidos como uma figura do Pós-Modernismo, deve-se sustentar com força que a História é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado (CHARTIER, 2002, p. 15).

Em acordo com Chartier (2002) e em aberta oposição às afirmativas de Hayden White, autor que em nosso entendimento, defende uma radical descontinuidade entre historiografia e realidade, e, na contramão do ceticismo das teorias narrativistas pós-modernas e de seu antirrealismo epistemológico, assumimos abertamente uma postura epistemológica alinhada ao realismo crítico, que busca se afastar, ao mesmo tempo, do positivismo e do realismo ingênuo/acrítico (BUNGE, 2012). Nesse ponto, é preciso esclarecer que o que estamos chamando de realidade se coaduna aos termos conceituais propostos por Berger e Luckmann (2014), para quem a “sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade” (BERGER e LUCKMANN, 2014, p. 14). Ainda segundo os referidos autores que se abstêm de uma discussão de cunho mais filosófico, a realidade é “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos “desejar que não existam”) (BERGER e LUCKMANN, 2014, p. 11).

Nesse mesmo caminho, corroboramos com as reflexões de David Carr (2016), que, ao refutar as proposições de autores como Hayden White, esforça-se em reafirmar o caráter epistêmico da verdade histórica. Nesse sentido, David Carr (2016) explica que o objeto que interessa aos historiadores são as experiências e ações reais de pessoas e/ou grupos de indivíduos reais, e que o cerne do erro narrativista é que eles se baseiam em pressupostos equivocados sobre a natureza da realidade na qual fundamentam sua compreensão de narração.

Em suas palavras:

No caso da História (como na ficção), as narrativas são principalmente sobre a realidade humana, ou seja, sobre as ações e sofrimentos, projetos e planos, sentimentos e experiências das pessoas. E essas podem ser apresentadas tendo uma estrutura narrativa implícita (e às vezes explícita) prévia e independentemente de ser recontada por um historiador ou outro narrador. Se for desta forma, as pretensões “representacionais” da história não podem mais ser negadas por bases puramente formais: longe de ser diferente do “mundo real” na forma ou na estrutura, a narrativa compartilha dessa forma, e pode ser vista como uma extensão e um refinamento por outros meios da própria realidade que representa (CARR, 2016, p. 249, grifo nosso).

Em concordância com a visão de David Carr (2016), compartilhamos igualmente das ideias de Peter Gay (1990), que reconhece a influência do estilo do historiador em sua escrita. Gay (1990) destaca que os historiadores não são limitados pelas divisas de um discurso supostamente hermético ou intransponível, e defende a possibilidade da

historiografia se manifestar também como uma forma de arte ou literatura. Em suas palavras, “o estilo é a arte da ciência do historiador” (GAY, 1990, p. 196). Desse modo, o historiador alemão nos adverte que, mesmo que a história se manifeste como arte, constituindo-se como um gênero da Literatura, ela é sempre mais do que arte, uma vez que seu objetivo ético fundamental é sempre a busca da verdade, uma verdade desse mundo; humana e tão apenas humana, sendo esta a natureza distintiva da história enquanto uma disciplina. Logo, essa busca obsessiva constitui o objetivo essencial do historiador, fato que, por si só, o diferencia dos poetas, romancistas ou literatos.

No intuito de evitarmos as posições extremas supracitadas, nos aproximamos da compreensão elaborada por Paul Ricoeur (1994) a respeito da natureza da narrativa histórica, nos alinhando à sua defesa do realismo crítico do conhecimento histórico. Entendemos que ele tem a intenção declarada de evitar, ao mesmo tempo, os extremos das teses narrativistas, bem como a narrativa historicizante, e a abordagem estruturalista dos *Annales*. Dessa forma, Paul Ricoeur (1994) nos oferece elementos teóricos suficientes para a construção de uma narrativa historiográfica que seja, ao mesmo tempo, literatura e explicação histórica metodologicamente estruturada em bases realistas.

No volume um (1) de sua consagrada obra *Tempo e Narrativa*, Paul Ricoeur defende a seguinte tese: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa torna-se significativa à medida que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15).

Na referida obra, o filósofo francês enfrenta a problemática da temporalidade explorada em sua função narrativa, elaborando uma complexa interpretação fenomenológica da ação humana. Nesse sentido, contrapõe às teorias do tempo de Agostinho e Aristóteles, alinhando-se, em nossa leitura, ao teólogo cristão, talvez em decorrência de sua profissão de fé, uma vez que era protestante. Em suas reflexões, Paul Ricoeur (1994) reconhece que uma resposta definitiva para a questão do que é o tempo é impossível de ser alcançada ao nível da teoria, constituindo-se em uma aporia; porém, argumenta, ainda, que a narrativa é capaz de configurar o tempo, dando a ele um sentido. Em suas palavras: “Será uma tese permanente deste livro que a especulação sobre o tempo é uma ruminação inconclusiva à qual só replica a atividade narrativa. Não que esta resolva, por substituição, as aporias, se às resolve é no sentido poético e não teórico do termo” (RICOEUR, 1994, p. 21).

No prefácio do volume um (1) de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur (1994) afirma que essa é uma obra gêmea de um de seus livros anteriores, que fora intitulado como *Metáfora*

Viva. Segundo ele, *Metáfora Viva e Tempo e Narrativa* são duas obras gêmeas: editadas uma depois da outra, foram concebidas juntamente. Embora a metáfora refira-se tradicionalmente à teoria dos "tropos" (ou figuras do discurso) e a narrativa, à teoria dos "gêneros literários", os efeitos de sentido produzidos por ambas referem-se ao mesmo fenômeno central de inovação semântica. Nos dois casos, esta só se produz no nível do discurso, isto é, dos atos de linguagem de dimensão igual ou superior à frase. (RICOEUR, 1994, p. 9).

Ao tornar equivalentes a metáfora e a narrativa, no sentido em que ambas constituem tipos de inovação semântica, Ricoeur (1994), opondo-se ao que defendia a antiga retórica, argumenta que o deslocamento de sentido que as palavras sofrem não constitui a totalidade da metáfora. Isto posto, o autor esclarece que “o paralelismo entre metáfora e narrativa vai mais longe: o estudo da metáfora viva levou-nos a colocar, para além do problema da estrutura ou do sentido, o da referência ou da pretensão à verdade” (RICOEUR, 1994, p. 11). Assim, remetendo-se a Aristóteles, Ricoeur (1994) esclarece que, no caso da narrativa, essa inovação de sentido consiste na invenção de uma intriga, que é a mimese de uma ação.

Ao equiparar mimese narrativa e redescrição metafórica, Paul Ricoeur (1994, p. 12) nos explica que:

[...] a função mimética das narrativas exerce-se, de preferência, no campo da ação e de seus valores temporais (...) Vejo, nas intrigas que inventamos, o meio privilegiado pelo qual refiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda (...) É na capacidade da ficção de refigurar essa experiência temporal, presa às aporias da especulação filosófica, que reside a função referencial da intriga (RICOEUR, 1994, p. 12).

Paul Ricoeur (1994) esclarece que a atividade mimética imita, configura e representa a experiência temporal vivida, que assim se expressa numa intriga, que sintetiza uma totalidade significativa; desse modo, seguindo a linha do realismo crítico, corroboramos que ele sustenta uma concepção de operação historiográfica que acessa, representa e (re) descreve uma realidade que pode ser mediada pela narrativa (BARROS, 2012).

Nessa perspectiva, ao narrar, o historiador explica acontecimentos documentados que não são autoevidentes, pois, como sabemos, todo documento é também um monumento, que precisa ser interrogado e submetido às críticas interna e externa, afinal “o historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo” (LE GOFF, 1994, p. 57).

Por conseguinte, a explicação histórica, que não se limita à atividade narrativa, resulta de um ato criativo do historiador, que se vale também de diversificados referenciais teóricos ou estéticos, que não se limitam ao seu próprio campo e/ou disciplina. Para usar as palavras de David Carr (2016, p. 252), a narrativa histórica “pode ser vista como um princípio de uma ontologia social ou comunitária, bem como individual, separadamente do papel especificamente cognitivo que a narrativa assume no caso do conhecimento histórico”. Diante disso, reafirmamos que não negamos a função explicativa/cognitiva da narrativa histórica, mas temos o devido cuidado de não nos limitarmos apenas a esse aspecto de sua natureza. Consequentemente, pode-se concluir que o resultado da operação historiográfica não é nem a reprodução integral de um passado real histórico, nem é um simples devaneio ou ficção.

Considerações finais

O historiador, ao se debruçar sobre a dicotomia entre ciência e ficção na composição de sua prática, emerge de forma inequívoca no desafio de harmonizar a busca pela fidelidade histórica com a imperativa criação de narrativas. Mais do que um desafio a razão, esse é um dever deontológico incontornável para aquele que tem compromissos com uma cultura humanista. Esse desafio se concentra na busca pela precisão e fidelidade histórica, ao mesmo tempo em que há a necessidade imperativa de criar narrativas, muitas vezes associadas à expressão ficcional. A complexidade do cenário se acentua diante das “correntes pós-modernas”, que, em linhas gerais, ao enfatizarem a subjetividade e conceberem a historiografia como uma construção literária ou mero artefato textual, equiparam a História a gêneros literários como o romance ou ficção, desafiando a noção de objetividade na prática historiográfica.

Nesse contexto, o retorno as reflexões desenvolvidas por E.P. Thompson acerca da lógica histórica, a nosso ver, são fundamentais, pois nos apontam para a necessidade de confrontarmos as teorias por meio de nossas pesquisas empíricas, submetendo nossas hipóteses ao crivo da lógica histórica. Isso implica reconhecer que a provisoriedade do conhecimento histórico, mas nunca invalidada sua veracidade, pois o conhecimento histórico permanece verdadeiro dentro de um determinado contexto temporal e espacial, considerando que sua provisoriedade é inerente a natureza da própria história enquanto ação humana no tempo.

No que concerne a narrativa histórica, pode-se concluir que a narração é uma parte indelével da História, contudo, a História enquanto narrativa da ação humana no

tempo, não se resume ao ato de narrar. A narrativa é o meio de tornar compreensíveis ou comunicar os resultados do trabalho teórico-metodológico ou do modo fazer do historiador, isto é, ele como comunica a operação historiográfica, não constituindo o objetivo final em si mesma. E mesmo que ela venha a conter elementos de ficcionalidade, sua base é realista, mas, antes de tudo, trata-se de um realismo não ingênuo, que está duplamente consciente, primeiro de que o passado não pode ser reproduzido, mas pode ser recriado como metáfora, mimese impertinente que mira o céu com os pés fincados no chão. Segundo, a narrativa historiográfica é escrava, assim como quem a escreve, do passado, pois, “O passado é seu tirano. Proibi-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece” (BLOCH, 2001, p.75)”.

Por fim, narrativa, objetividade e verdade, podem ser considerados o tripé que sustenta a prática historiográfica. Este último, e talvez o mais polêmicos desses elementos, ao ser associado a narrativa, pode ser entendido como uma forma de não se renunciar ao compromisso ético que transcende a discussão acadêmica e adentra o campo ideológico. Até onde vai a responsabilidade do historiador? Ao nosso ver, ele deve se manter fiel ao que a confrontação da lógica histórica o revelou. Até onde atua a sua subjetividade? A subjetividade integra a produção historiográfica e, desde que, conforme os princípios éticos propostos por Ricoeur (1968), nos refiramos a uma subjetividade de "alta categoria" que não desqualifica nem distorce o passado humano. E como subsiste a verdade ao tempo? Ora, a verdade para o historiador é como a fênix, que próximo o fim da sua vida entre em combustão, renascendo da cinzas e inaugurando um novo ciclo.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Teoria, política e história: um debate com E.P Thompson. Campinas: editora da Unicamp, 2018.

BARROS, José D'Assunção. Tempo e Narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, V 9 n. (1), p. 1-27. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/370>

BATALHA, Cláudio. Thompson diante de Marx. In: BOITO JÚNIOR, Armando *et al* (Orgs). A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, 2000.

BENTIVOGLIO, Júlio César; MERLO, Patrícia. Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia. Vitória: UFES, Secretaria de Ensino à Distância, 2014.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In: MALERBA, Jurandir(Org.) História & Narrativa: a ciências e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARR, David. Entendendo direito a estória: narrativa e conhecimento histórico. In: MALERBA, Jurandir(Org.) História & Narrativa: a ciências e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

CERTAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FURET, François. A oficina da história. Lisboa: Gradiva, 1986.

IGGERS, Georg. La historiografía del siglo XX. Desde la objetividad científica al desafío posmoderno. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2012.

LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. 12ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

PINHEIRO, Francisco Felipe de Aguiar. O Fazer-Se de um Artista-Antropólogo-Professor: Trajetórias de Geraldo Markan. 2022. 243 f. Tese (Doutorado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação

RICOEUR, Paul. História e verdade. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. (Tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. A metáfora viva. 3.ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ROIZ, Diogo Silva. Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ROIZ, Diogo Silva. A reconstituição do passado ao texto literário: a resposta dos historiadores à “virada linguística. In: ROIZ, Diogo Silva. Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

THOMPSON, Eduard Palmer. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1981.

THOMPSON, Eduard Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Orgs: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.